

Encontro anual de
INICIAÇÃO 
CIENTÍFICA DA UNESPAR

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DOS ALUNOS CAMPONESES

Iasmim Mesquita Paiva (PIBIC, Fundação Araucária)
UNESPAR/ Paranavaí-Paraná, e-mail: iasmiim_dte@hotmail.com
Elias Canuto Brandão (Orientador PIBIC)
UNESPAR/ Paranavaí-Paraná, e-mail: eliasbrandao.unespar@gmail.com

RESUMO: O artigo analisa a variação linguística dos alunos provenientes do campo que, devido a sua convivência fazem uso do português informal, com vícios de linguagem e expressões pertinentes ao ambiente em que vivem. Buscamos um estudo sobre essa linguagem camponesa, analisando sua origem e a forma como é transmitida, assim como essa linguagem interfere na aprendizagem dos alunos em sala de aula. Acompanhamos e avaliamos a postura do professor diante desses alunos e analisamos a variação na oralidade dos alunos do campo comparando aos alunos da zona urbana quanto à evolução na fala no decorrer do avanço das séries/ano. A pesquisa foi de cunho bibliográfico e de campo, adotando como metodologia o materialismo histórico, o que nos possibilitou confrontar e questionar dialeticamente a teoria com a prática entre alunos do campo com alunos da cidade. Como resultado, constatamos haver variação linguística na fala dos alunos camponeses quando comparados aos alunos da zona urbana, indicando como decorrência o ambiente sócio cultural que estão inseridos. Por outro lado, constatamos haver uma evolução significativa na oralidade dos alunos camponeses entre a primeira à quinta série do ensino fundamental, onde a margem de “erros” na oralidade caiu de 79% para 25% na última série.

Palavras-chave: Variação Linguística. Camponeses. Fala.

INTRODUÇÃO

Estudamos nesta pesquisa a variação linguística dos camponeses¹ dentro da perspectiva da Educação do Campo em contraposição à educação do campo² apregoada pelo agronegócio. Analisa a variação linguística em relação à variação utilizada pelos cidadãos³. A linguagem verbal sofre uma variação grande no país. Isso acontece por fatores como extensão territorial, diversidade cultural, uso

¹ Diferenciamos camponeses de cidadão neste estudo. Camponeses são os povos do campo. Cidadão são os povos das cidades.

² Educação do Campo defendida pelos movimentos sociais e Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo é descrita neste artigo com as iniciais maiúsculas. A educação do campo, vertente da educação rural, defendida e trabalhada pelo agronegócio, é descrita neste artigo em letras minúsculas.

³ Cidadão é um termo historicamente utilizado e manipulado pela burguesia para afirmar e confirmar direitos e deveres que os povos das cidades precisam cumprir ou obedecer, generalizando os direitos aos povos do campo. Apesar dos direitos constitucionais serem os mesmos, defendemos a teoria que quem reside na cidade é cidadão e quem reside no campo é camponês.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

de palavras, expressões estrangeiras, entre outras. Além desses fatores existe a variação linguística causada pela região onde determinados indivíduos vivem.

Pessoas que vivem na zona urbana têm uma linguagem diferente daquelas que vivem na zona rural. Cidade *versus* campo. Cidadão *versus* camponês. Não um contra o outro, mas variações linguísticas que aparentemente se contrapõem, no entanto, se complementam.

A partir da investigação da diversidade linguística no país, aprofundamos os conhecimentos acerca da forma de linguagem usada pelos alunos camponeses, buscando compreender como essa linguagem foi desenvolvida, assim como é transmitida culturalmente no ambiente escolar.

Para o feito buscamos compreender o que é linguagem e a forma de falar dos camponeses. Adiantamos que muitos dos alunos camponeses, quando inseridos no contexto escolar, apresentam uma forma de falar peculiar do meio em que vivem “distante” da norma culta da língua portuguesa. No entanto, deve-se compreender que essa é sua bagagem cultural e social e não deve ser ridicularizada, nem desprezada pelos educadores e educandos.

Diante de situações linguísticas apresentadas no dia-a-dia, qual a postura do professor diante dos alunos? É preciso ter uma atitude ética, mas ao mesmo tempo ensinar ao aluno a forma de falar adequada para cada momento? Para responder estas e outras possíveis questões, desenvolvemos, além da pesquisa bibliográfica, uma pesquisa de campo em uma escola municipal na cidade de Diamante do Norte-PR e analisamos os resultados visando compreender o grau da variação dialetal dos alunos camponeses e a evolução da fala dos mesmos no decorrer das diferentes séries.

Destacamos que mesmo imperceptível, a linguagem é fundamental para que haja aprendizado, pois sem ela não é possível interagir e aprender. Posto isto, o que é linguagem? Para Saussure (1995), a linguagem é social e individual, psíquica, psico-fisiológica e física, havendo fusão entre língua e fala. A língua se define como um sistema de valores puros, a parte social da linguagem, produto da coletividade, onde um indivíduo sozinho não é capaz de modificá-la. De acordo com Costa (2009, p.116), “a língua corresponde à parte essencial da linguagem e o indivíduo, sozinho, não pode criar nem modificar a língua”.

Oliveira (1993), compreende que todo tipo de linguagem, seja ela verbal ou não verbal, vai muito além da comunicação, pois ela está ligada ao pensamento e ocorre através de um convívio social onde há a interação com o meio e com os outros que o cercam, fazendo com que haja o desenvolvimento da linguagem. É na prática o que acontece com a compreensão e construção do significado das palavras, relacionando-as a objetos e situações, ou seja, é heterogeneidade da

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

linguagem humana. Relação estreita entre linguagem e pensamento. Diante do exposto, e a linguagem no campo, como se dá? Como se diferencia da cidade?

A LINGUAGEM CAMPONESA

Oposto a algumas décadas atrás, onde havia milhares de escolas nas áreas camponesas, houve e continua havendo um processo de fechamento das escolas e um forte esquema de transporte das crianças, adolescentes, jovens e adultos para estudar nas cidades que, sem considerar as diferenças sociais e culturais e de linguagem utilizada, os aglomeram em escolas urbanas, no entanto, sua linguagem possui traços marcantes, os quais são mesclas da língua portuguesa do passado com línguas como o latim, línguas indígenas e línguas africanas, além das peculiaridades do meio rural. Baronas (2007) aponta algumas dessas marcas do falar rural.

Aspectos fonéticos

a) Monotongação

Monotongação de ei para e

Ex: *di primeru (dei primeiro)*.

Monotongação de ou para o

Ex: *otru (outro)*.

Monotongação de ai para a:

Ex: *baxu (baixo)*.

b) Iotização

Ex: – *muié (mulher)*, *cuié (colher)*.

c) Alçamento da pretônica

Ex: *nutícia (notícia)*.

d) Rotacismo: alteração de l [w] para r em trava silábica

Ex: *vortei (voltei)*.

e) Alteração da desinência ram [rãâU] para ru [ru] e rum [ruâ]

Ex: *aprenderu (aprenderam)*.

f) Alteração de v para h

Ex: *braba (brava) bassora (vassoura)*

g) Apócope do r

Ex: *muié (mulher)*

h) Síncope

Ex: *memu (mesmo)*.

i) Aférese

Ex: *sistindu (assistindo)*.

j) Metátese

Ex: – *drobanu (dobrando)*.

k) Assimilação

Ex: *aparecenu (aparecendo)*.

l) Prótese

Ex: *alembirá (lembrar)*.

Aspectos lexicais

Ex: *pra mó di dexá limpo*.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

O uso da expressão *pra mó di* é assim explicado por Amaral (1920, p. 81): “o nosso caipira usa a fórmula **por amor de** para exprimir circunstância de causa”. Conforme aponta o estudioso, tal expressão é usada de forma diferenciada, como *pramor de*, *mor de*, *mó de*. Segundo Nascentes (1953, p. 111), “a locução por amor de aparece tão desfigurada que quase fica irreconhecível: prumode”.

Aspectos sintáticos

a) Ausência de concordância nominal

Ex: *us homi quase nenhum vai (não irá quase nenhum dos homens)*

b) Ausência de concordância verbal

Ex: *nóis veiu.* (BARONAS, 2007, p.102 a 204 – grifos do autor)

Desse modo, observamos que a linguagem camponesa tem sua própria característica, possuindo inúmeras variações, distanciando-se da linguagem formal e da norma culta da língua portuguesa. Porém essas variações são enriquecedoras da cultura do país e devem ser vistas no seu caráter sociocultural e não desvinculado do todo, fazendo parte enquanto ciência, do estudo da sociolinguística, que tem como principal preocupação o uso da língua na sociedade.

A este respeito, Cezario e Votre definem que:

A sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente de contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação. (CEZARIO; VOTRE, 2009, p. 141).

A Sociolinguística baseia seus estudos no enfoque da língua, da cultura e da sociedade, onde Língua e Sociedade estão fortemente relacionadas, pois é dentro da sociedade, com suas peculiaridades, que a interação ocorre e a fala acontece.

Ela nasce a partir do momento em que se constata a importância da fala e observa-se a variação dialetal do fenômeno linguístico e como a língua se relaciona com a fala e quais os fatores que influenciam para que ocorram mudanças linguísticas.

De acordo com Bortoni-Ricardo, “A sociolinguística se ocupa principalmente das diversidades nos repertórios linguísticos das diferentes comunidades conferindo às funções sociais que a linguagem desempenha a mesma relevância que até então se atribuía tão-somente aos aspectos formais da língua” (2005, p. 20). Sendo assim, o objeto de estudo da sociolinguística é a língua falada, em seu uso diário,

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

considerando suas variações e peculiaridades, pois cada indivíduo possui um modo particular de falar, que varia de acordo com a idade, a região, e o contexto histórico e social que está inserido.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DOS CAMPONESES

A variabilidade da língua ocorre em grande escala no nosso país devido à extensão territorial e à miscigenação de raças, levando em consideração aspectos individuais do falante e o meio sociocultural em que ele está inserido.

Segundo Meillet, (1921, p.17) “Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social”.

A variação linguística se dá naturalmente, por meio das mudanças históricas, geográficas e sociais, porém, a grande maioria da população acredita que a língua é homogênea e uniforme e não compreende que variação linguística é um fenômeno natural. Os professores que, por sua vez, deveriam ser preparados para lidar com essas variações acabam por propagar a ideia de uniformidade e homogeneidade da língua, utilizando gramáticas normativas e ignorando a rica variação linguística.

Em contradição a esse conceito que a população tem de língua uniforme e homogênea, Mattos e Silva (2004, A) apontam que:

O grande avanço da sociolinguística se funda basicamente na sua conceituação de língua como sistema intrinsecamente heterogêneo, em que se entrecruzam e são correlacionáveis fatores intra e extralinguísticos, ou seja, fatores estruturais e fatores sociais (como classe, sexo, idade, etnia, escolaridade, estilo). (MATTOS; SILVA, 2004, p. 299).

Para Bagno (2010, p. 36), a língua é “uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita”. Os fatores que influenciam na variação linguística são diversos. De acordo com Coseriu (1980), há várias formas de variação, como as diacrônicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas. Explica cada uma delas, como sendo as diacrônicas aquelas que resultam da passagem do tempo; as diatópicas causadas por características regionais; as diastráticas resultantes dos diferentes estratos socioculturais e as diafásicas são as distinções entre os diversos tipos de modalidade expressiva, como, idade, sexo, profissão.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

Constatamos no decorrer desta pesquisa que em se tratando dos camponeses, por estarem inseridos no meio rural e exercerem tarefas, na maioria das vezes, ligadas à agricultura, pecuária e aos demais afazeres do campo, possuem uma linguagem com características peculiares deste ambiente. Essas diferenças na oralidade dos camponeses são vistas como variação linguística, proveniente de fatores históricos, geográficos e socioculturais.

Muitos acreditam e disseminam que o falar rural seja sinônimo de “ignorância” ou “falta de cultura” e até mesmo “atraso”, porém, na realidade, o falar rural possui traços do português antigo e pelo fato de estar concentrado em regiões distantes da urbanização – no olhar do capitalista região “desenvolvida” e “evoluída” –, é uma linguagem “conservadora”. Neste parâmetro, ao falar sobre o *dialeto caipira*, que pode ser visto como sinônimo do falar rural, Amaral (1920, p. 42) ressalta que,

Hoje, ele [o dialeto caipira] acha-se acantado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso e subsiste, fora daí, na boca de pessoas idosas, indelevelmente influenciadas pela antiga educação. Entretanto, certos remanescentes do seu predomínio de outrora ainda flutuam na linguagem corrente de todo o Estado, em luta com outras tendências, criadas pelas novas condições.

Ressaltamos que, na maioria das vezes, a variação linguística dos camponeses é vista por um olhar preconceituoso como um modo de falar errado. Sobre esse assunto, Bagno (1999, p. 9) enfatiza que:

[...] o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi (sic) não é o mundo [...]. Também a gramática não é a língua.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a variação linguística dos camponeses necessita ser vista como uma riqueza cultural do nosso país e deve ser motivo de orgulho e não de preconceito pela sociedade e pelos educadores, pois caracteriza pessoas “simples”, trabalhadoras, humildes, que plantam, cultivam e colhem o alimento que é servido diariamente na mesa de todos os brasileiros que, por sua vez, devem valorizar essa cultura camponesa, discutindo e analisando suas peculiaridades e realidades social, cultural e econômica, como estabelece a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), em seu artigo 28, sem prejuízo do estudo da língua quando o clima desfavorece o deslocamento às escolas concentradas nos perímetros urbanos.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

A INFLUÊNCIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E A POSTURA DO PROFESSOR

Em decorrência de sua variação linguística, os alunos camponeses enfrentam muitas dificuldades quando se deparam com a imposição da norma culta da língua portuguesa em sala de aula, sendo repreendidos pelo seu modo de falar, deixando-os constrangidos, sentindo-se intimidados em participar de debates ou fazer perguntas de modo a sanar suas dúvidas sobre a matéria aplicada em sala de aula. Observamos que tais situações prejudicam a aprendizagem dos mesmos, pois na prática são vítimas de preconceito linguístico.

Para Bagno (1999), o preconceito linguístico está baseado na crença de que existe apenas uma língua portuguesa digna desse nome, a mesma que é ensinada nas escolas e que está nas gramáticas e dicionários e, qualquer manifestação linguística que foge a esse contexto é considerada, pela visão do preconceito linguístico, como sendo “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente” e é costumeiro ouvirmos que “isso não é português”.

As escolas, na tentativa de cumprir seu papel de ensinar, impõem a “língua culta” aos alunos a qualquer custo, deixando de valorizar e respeitar a variedade linguística e a bagagem cultural dos mesmos. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 14), “a escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante; tudo que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado”. Ou seja, quem está na escola “não deve” e “não pode” falar “errado”.

Segundo Silva (2002), a grande rejeição que ainda se tem ao falar de variação linguística ocorre em função da visão imposta pela gramática normativa que repudia qualquer fenômeno ocorrido em torno da língua. Para ela, a escola não apresenta outro manual que dispõe e reflita a variação linguística na sociedade, mantendo-se assim presa à gramática.

Os professores de língua portuguesa, muitas vezes, impõem a norma culta aos alunos camponeses, sem levar em consideração as peculiaridades existentes em sua oralidade e estes acabam se sentindo intimidados e criam certo receio em se pronunciarem em sala de aula, optando pelo silêncio, ou seja, pelo o que a sociedade acostumou-se a chamar de “estar com vergonha”, leque para um estudo sobre discriminação social ou de comportamento.

De acordo com Mattos e Silva (2004, p. 27 B), “Qualquer indivíduo normal que entre na escola para ser alfabetizado em sua língua materna já é senhor de sua língua, na modalidade oral própria a sua comunidade de fala” e, deste ponto de análise, não existe o falar errado do camponês. Deste modo, o papel do professor deve ser o de enriquecer o potencial linguístico do aluno, ensinando

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

a norma culta da língua portuguesa, porém, sem desconsiderar sua oralidade peculiar do campo. Isto é Educação do Campo. É respeitar as peculiaridades camponesas sem desvalorizar sua cultura, possibilitando que os alunos se sintam confiantes para participar e contribuir no decorrer das aulas, interagindo com o professor e os demais colegas de classe. Nesse ponto de vista, Geraldi (1984, p. 122), salienta que:

Para manter-nos entre uma concepção de linguagem como interação e uma concepção de educação, esta nos conduz a uma mudança de atitude – enquanto professores – ante o aluno: dele precisamos nos tornar interlocutores que, respeitando a palavra do parceiro, agimos como reais parceiros: concordando, discordando, acrescentando, questionando, perguntando, etc.

O estudo por parte de diferentes autores das maneiras de transmissão do que do ponto de vista da educação – da cultura dominante – é correto, indica a necessidade de o professor mostrar aos alunos a existência de duas ou mais maneiras, na oralidade, de transmitir a mesma frase ao interlocutor e que cada maneira será adequada a situações distintas, sendo também recebidas de forma diferenciada pela sociedade. Faraco (2004, p. 02), por exemplo, afirma que:

Cabe ao ensino ampliar a mobilidade sociolinguística do falante (garantir-lhe um trânsito amplo e autônomo pela heterogeneidade linguística em que vive) e não concentrar-se apenas no estudo de um objeto autônomo e despregado das práticas socioverbaís (o estrutural em si).

Ou seja, o papel do professor deve ser o de trabalhar a partir da realidade diversificada, valorizando a variação linguística dos alunos camponeses e capacitá-los a utilizarem a norma culta da língua portuguesa quando necessário, mas ensiná-los a transitar pelas várias vertentes da língua, sendo elas formais ou informais, para utilizá-las de forma adequada para cada situação e de acordo com o interlocutor. O aluno deve compreender que, em cada situação comunicativa, o uso da linguagem dependerá de “quem diz o quê, a quem, como, quando, onde, por que e visando que efeito” (BAGNO, 2011, p. 154).

Destacamos que essa valorização da variação dialetal dos camponeses se dá apenas na oralidade e não na escrita, pois as duas modalidades, oral e escrita, embora interligadas, são distintas, pois não é possível transpor as normas de uma para a outra. Deste modo e considerando as orientações legais das duas últimas décadas no Brasil sobre a diversidade no campo, mais especificamente as

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

políticas educacionais para o campo, por meio de planos nacionais, estadual e municipal, das diretrizes curriculares nacionais e estaduais, de pareceres dos conselhos estaduais e nacionais e dos decretos que tratam da Educação do Campo, é necessário que os educadores repensem suas práticas a respeito do ensino na língua portuguesa, utilizando as bases teóricas da sociolinguística para melhor lidar com os alunos camponeses em suas peculiaridades e variações linguísticas, a fim de capacitá-los a serem flexíveis em sua língua de acordo com cada situação e peculiaridade.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Como adiantado no início do artigo, para analisar a variação linguística dos alunos do campo, realizamos entrevista com alunos provenientes do campo e alunos da cidade de diferentes séries/anos entre os meses de novembro de 2014 a julho de 2015. Foi uma pesquisa de cunho exploratório e analisamos interpretativamente após a análise descritiva dos gráficos tabulados a partir das respostas.

A escolha do Município de Diamante do Norte-PR para o desenvolvimento da pesquisa deu-se pelo fato de ser provido de grandes áreas rurais e muitas famílias camponesas, onde se encontram um grande número de alunos, que, pelo fechamento de escolas rurais, são obrigados a deslocarem-se por meio de transporte público até a Escola Municipal Antônio Francisco de Souza – EF.

A referida escola abrange a primeira, segunda, terceira, quarta e quinta séries do ensino fundamental, com um total de 349 alunos matriculados, sendo 295 residentes na zona urbana e 54 residentes na zona rural. Destacamos que para os alunos da zona rural, devido à configuração do transporte escolar público “provido” pela Prefeitura Municipal de Diamante do Norte, as matrículas são direcionadas especificamente ao período vespertino.

Para que houvesse a comparação do modo de fala entre alunos camponeses e alunos residentes na zona urbana foram escolhidos aleatoriamente três alunos que residem na área urbana e três alunos que residem na área rural na primeira, segunda, terceira, quarta e quinta séries do ensino fundamental. As respostas foram individuais em entrevistas simples, onde foi mostrada a eles uma folha contendo oito figuras diferentes, sendo elas: árvore, telhado, vassoura, abóbora, umbigo, flor, travesseiro e milho, no qual individualmente falavam o nome de cada figura, expressando suas marcas de oralidade. Os nomes das figuras foram escritos pelos pesquisadores conforme a fala dos alunos entrevistados.

Foram entrevistados, individualmente, ao todo 30 alunos, sendo 15 residentes na zona urbana e 15 na zona rural. Para facilitar a análise do estudo e a compreensão por parte do leitor, dividiremos por série em forma de gráfico.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

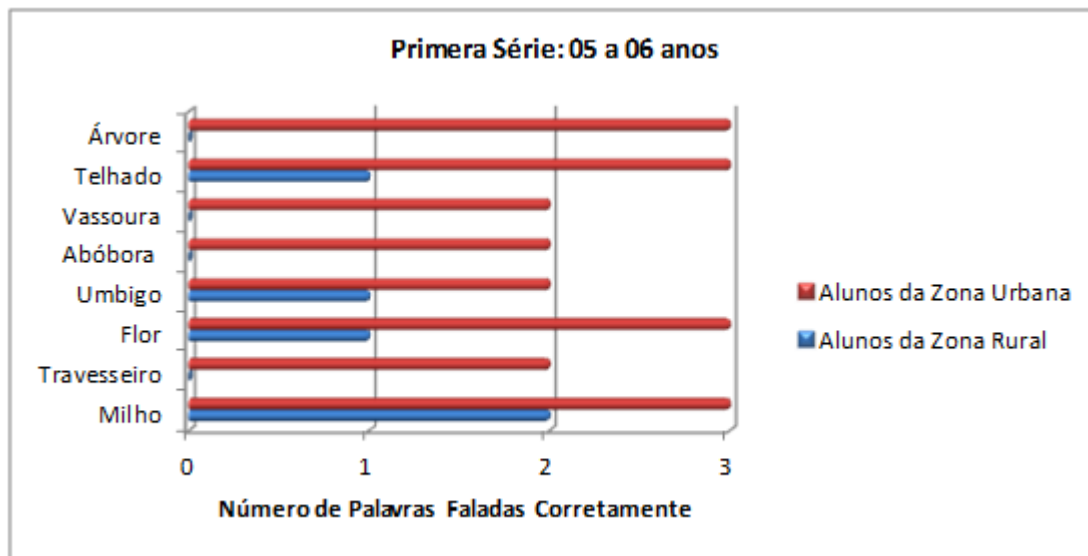


Gráfico 01: Número de palavras pronunciadas corretamente pelos alunos residentes na zona urbana e rural da primeira série do Ensino Fundamental.

Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

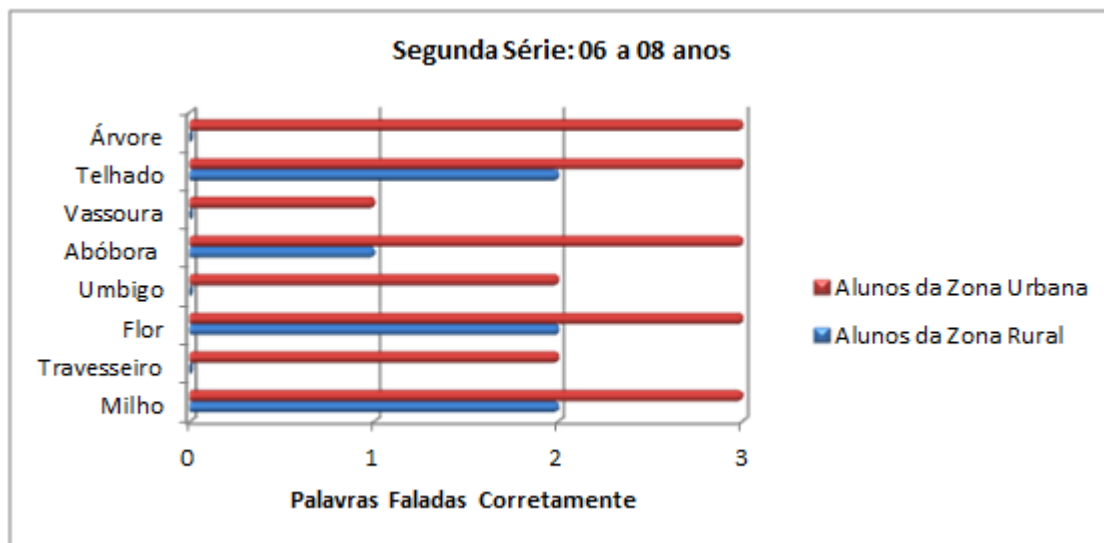


Gráfico 02: Número de palavras pronunciadas corretamente pelos alunos residentes na zona urbana e rural da segunda série do Ensino Fundamental.

Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

Encontro Anual de Iniciação Científica
da Unespar

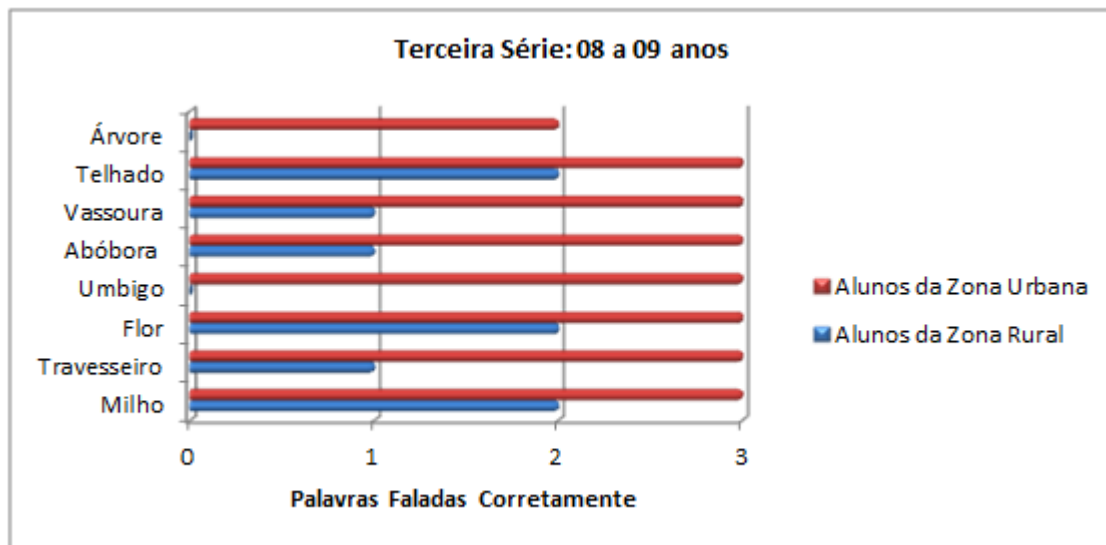


Gráfico 03: Número de palavras pronunciadas corretamente pelos alunos residentes na zona urbana e rural da terceira série do Ensino Fundamental.

Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

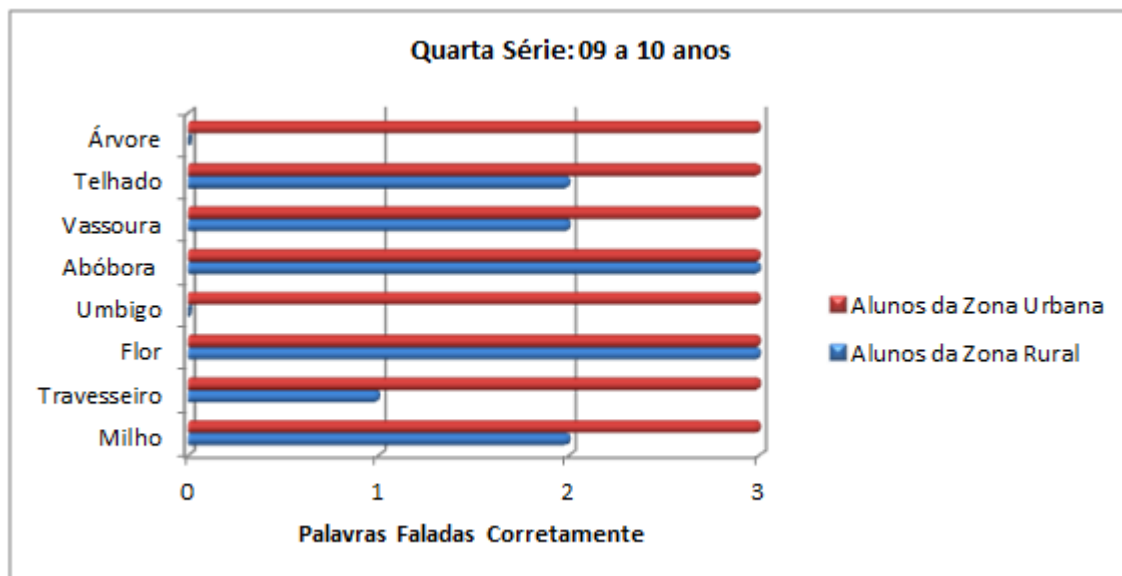


Gráfico 04: Número de palavras pronunciadas corretamente pelos alunos residentes na zona urbana e rural da quarta série do Ensino Fundamental.

Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

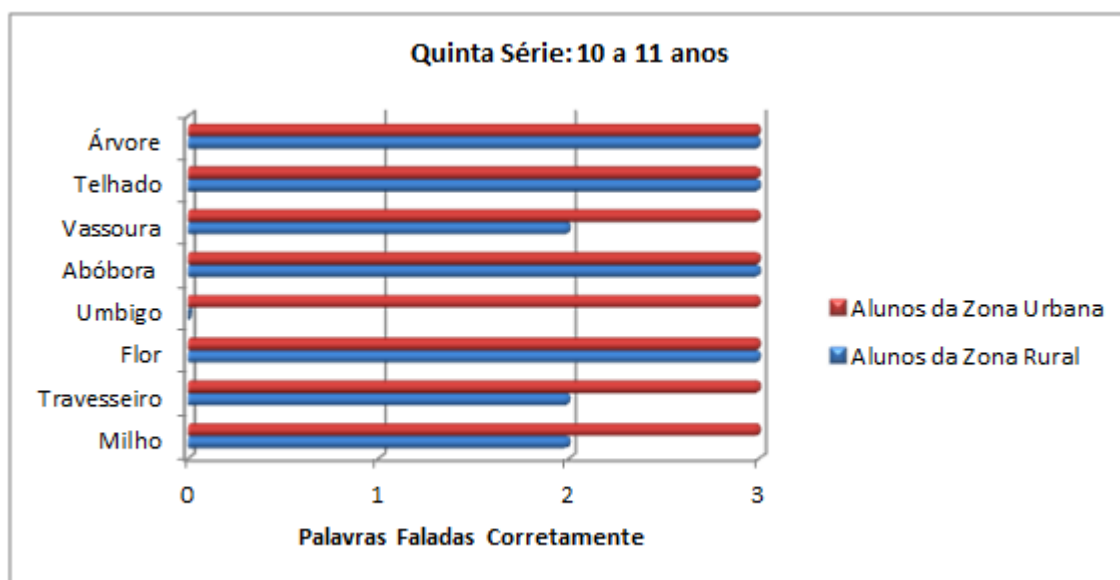


Gráfico 05: Número de palavras pronunciadas corretamente pelos alunos residentes na zona urbana e rural da quinta série do Ensino Fundamental.

Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

Através da leitura dos gráficos 01, 02, 03, 04 e 05, observamos considerável variação linguística na fala dos alunos camponeses quando comparados aos alunos residentes na zona urbana e consultando diferentes autores e analisando as respostas obtidas, constatamos que a variação linguística é decorrente do ambiente em que estão inseridos e da convivência cotidiana, como se constata com os alunos provenientes do campo, em sua grande maioria filhos de trabalhadores rurais, com baixo nível de escolaridade, sendo alguns filhos de pais analfabetos. No Gráfico a seguir, analisaremos percentualmente a evolução na fala dos alunos camponeses em decorrência do avanço das séries.



Gráfico 06: Percentagem de “erros” na primeira série.
Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.



Gráfico 07: Percentagem de “erros” na segunda série.
Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar



Gráfico 08: Percentagem de “erros” na terceira série.
Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

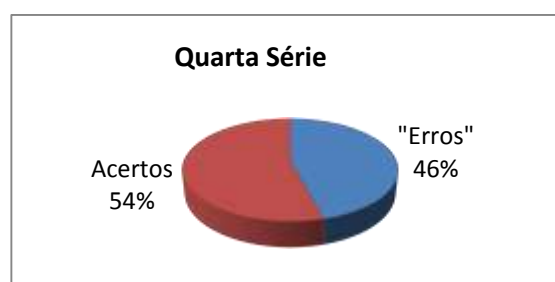


Gráfico 09: Percentagem de “erros” na quarta série.
Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.



Gráfico 10: Percentagem de “erros” na quinta série.
Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

Na análise dos gráficos, observa-se haver evolução significativa na oralidade dos alunos camponeses entre a primeira e a quinta séries do ensino fundamental, onde a margem de “erros” (a palavra erros está colocada entre aspas, pois marcas na oralidade não devem ser consideradas como errôneas, e sim adequadas ou inadequadas para cada ocasião, como já visto anteriormente) caiu de 79% para 25% na última série/ano.

Quanto aos alunos da cidade, a percentagem de “erros” é consideravelmente menor entre as três primeiras séries/ano, com 100% de acerto nas 4ª e 5ª séries/ano, quando comparado aos alunos camponeses, conforme gráficos a seguir.



Gráfico 11: Percentagem de “erros” na primeira série.
Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.



Gráfico 12: Percentagem de “erros” na segunda série.
Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar



Gráfico13: Percentagem de “erros” na terceira série.
Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

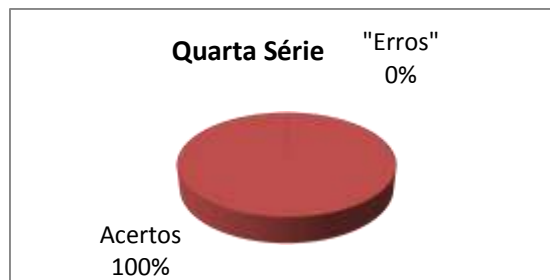


Gráfico14: Percentagem de “erros” na quarta série.
Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

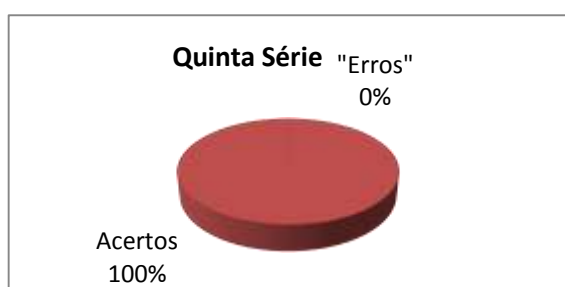


Gráfico15: Percentagem de “erros” na quinta série.
Fonte: Iasmim Mesquita Paiva, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos possibilitou verificar a existência de variação linguística entre os alunos camponeses e os alunos da cidade, mas também indicou a evolução na oralidade dos alunos camponeses no decorrer do avanço das séries/ano. Na primeira série, a margem de palavras faladas corretamente era de apenas 21% do total e, na quinta série, este número subiu para 75%. Como discutido no decorrer do estudo, a incidência é devido ao meio social em que os alunos camponeses estão inseridos.

Verificamos pela análise das entrevistas haver uma grande diferença na oralidade dos alunos camponeses quando comparados aos alunos residentes na zona urbana, onde a quantidade de palavras faladas “corretamente”, de acordo com a norma culta da língua portuguesa, é muito menor no caso dos alunos camponeses.

Por fim, considerando as constatações e análises do tema proposto contingencial ao contexto social e revelador a variação linguística entre alunos camponeses e alunos das cidades, avaliamos o estudo realizado como contributivo para o desenvolvimento sócio educacional deles e dos educadores que trabalham diariamente na educação.

**Encontro Anual de Iniciação Científica
da Unespar**

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Anhembi, 1920.

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

BARONAS, J. E. A. **Falar rural: É possível alterar uma tradição?** Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto. Revista da ABRALIN, v. 6, n. 1, p. 95-110, jan./jun. 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** São Paulo: Parábola, 2005.

CEZARIO, M. M.; VOTRE S. Sociolinguística. In: **Manual de lingüística**. Mário Eduardo Martelotta (org.). São Paulo: Contexto, 2009.

COSERIU, E. **Lições de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COSTA, M. A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M.E. (Org.) et al. **Manual de Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2009.

FARACO, C. A. **Por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

GERALDI, W. Escrita, uso da escrita e avaliação, in: **O texto na sala de aula, leitura e produção**. Campinas: Unicamp, 1984.

MATTOS e SILVA, R. V. Variação, mudança e norma. In: **Linguística da norma**. BAGNO, Marcos (Org.). 2. ed. São Paulo: Edições Loyola: 2004. A.

_____. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo. Parábola, 2004. B.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris Champion, 1921.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento - Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993. Série: Pensamento e ação no magistério.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, M. B. da. A escola, a gramática e a norma. In: **Linguística da Norma**. BAGNO, M.(org.). São Paulo: Loyola, 2002.